

SERVICO DE VETERANOS E PENSIONISTAS DA MARINH

Termo de Referência 28/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
28/2026	764200-SERVICO DE VETERANOS E PENSIONISTAS DA MARINH	CRESGILIS EUNICE REIS GARCIA	28/04/2026 11:31 (v 0.10)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		63410.000623/2026-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63410.000623/2026-18)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de refrigeração e ferramentas específicas, visando atender o Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha (SVPM), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTD MAX.	CATMAT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO 1 – APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT HIWALL						
1	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 12.000 BTU, TENSÃO 220 V, TIPO SPLIT HI WALL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1 CONTROLE REMOTO S/FIO, INVERTER consumo energético classe A, conforme selo PROCEL, com proteção anticorrosão, serpentinas em cobre. GARANTIA DE 10 ANOS NO COMPRESSOR	UN	10	458192	R\$ 3.066,19	R\$ 30.661,94
2	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO:18.000 BTU, TENSÃO:220 V, TIPO: SPLIT HI WALL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1: CONTROLE REMOTO S/FIO, INVERTER, consumo energético classe A, conforme selo PROCEL, com proteção anticorrosão, serpentinas em cobre GARANTIA DE 10 ANOS NO COMPRESSOR	UN	10	458191	R\$ 3.582,11	R\$ 35.821,08
3	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO 18.000 BTU/H, TENSÃO 220 V, TIPO BI SPLIT , MODELO SPLIT INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 EVAPORADORAS DE 9 MIL BTUS, 2 CONTROLES. consumo energético classe A, conforme selo PROCEL, com proteção anticorrosão, serpentinas em cobre GARANTIA DE 10 ANOS NO COMPRESSOR	UN	5	461900	R\$ 5.644,13	R\$ 28.220,64

4	Aparelho Ar Condicionado Tipo: Multi Split , Modelo: Controle Remoto (Distinto Por Unidade Evaporadora) , Capacidade Refrigeração: 36.000 BTU, Tensão: 220 V, Características Adicionais 1: 3 Unidades Evaporadoras De 12.000 Btus	UN	2	396323	R\$ 25.415,52	R\$ 50.831,04
5	APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERAÇÃO:24.000 BTU, TENSÃO:110/220 V, TIPO:SPLIT, MODELO:SPLIT INVERTER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 1:CONTROLE REMOTO/DISPLAY DIGITAL/TIMER/SELO PROCEL CLASSE A,serpentinhas em cobre. GARANTIA DE 10 ANOS NO COMPRESSOR	UN	10	440747	R\$ 4.375,02	R\$ 43.750,17
GRUPO 2 – AR CONDICIONADO SPLIT PISO-TETO						
1	Aparelho de Ar Condicionado tipo SPLIT PISO TETO INVERTER. Descrição Complementar - Capacidade 36000 BTU, tensão elétrica 220V, consumo energético classe A, conforme selo PROCEL, com proteção anticorrosão, serpentinas em cobre. GARANTIA DE 10 ANOS NO COMPRESSOR	UN	10	448818	R\$ 8.485,22	R\$ 84.852,18
2	Aparelho de Ar Condicionado tipo SPLIT PISO TETO INVERTER . Descrição Complementar - Capacidade 48000 BTU, tensão elétrica 220V, consumo energético classe A, conforme selo PROCEL, com proteção anticorrosão, serpentinas em cobre. GARANTIA DE 10 ANOS NO COMPRESSOR	UN	10	448819	R\$ 11.876,04	R\$ 118.760,37
3	Aparelho de Ar Condicionado tipo SPLIT PISO TETO INVERTER. Descrição Complementar - Capacidade 60000 BTU, tensão elétrica 220V, consumo energético classe A, conforme selo PROCEL, com proteção anticorrosão, serpentinas em cobre GARANTIA DE 10 ANOS NO COMPRESSOR	UN	10	450747	R\$ 12.174,18	R\$ 121.741,77
GRUPO 3 – EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO						
1	BOMBA DE VÁCUO 12 CFM DUPLO ESTÁGIO Potência: 12 CFM Duplo estágio; Bivolt: 127V / 220V; Vácuo Máximo: 15 microns; Frequência: 50-60Hz Potência: 1HP; 340/Lm Conexões: 1/4 e 3/8 Sae; Peso: 17 kg;	UN	2	606058	R\$ 4.015,54	R\$ 8.031,08
2	Recolhedora E Recicladora De Gás com Separador De Óleo Dimensões: 400mm x 250mm x 360mm Peso: 14.5Kg Voltagem: 110/220V 60Hz Motor: 3/4 HP Rotação do Motor: 1750 RPM / 60Hz Corrente Máxima: 8A Compressor: Pistão sem óleo, refrigerado a ar Alta pressão: 38.5 bar/3850kPa (558psi) Temperatura de Operação: 0°C até 40°C; Taxa de Recuperação: Vapor Categoria III: 0.20Kg/min - Categoria IV: 0.25Kg/min - Categoria V: 0.25Kg/min Líquido Categoria III: 1.60Kg/min - Categoria IV: 1.80Kg/min - Categoria V: 2.20Kg/min Emp/Puxar Categoria III: 4.60Kg/min - Categoria IV: 5.60Kg/min - Categoria V: 6.30Kg/min Gás Refrigerante Compatível: Categoria III - R12, R134A, R401C, R406A, R500 Categoria IV - R22, R401A, R401B, R402B, R407C,	UN	1	439934	R\$ 6.685,28	R\$ 6.685,28

	<p>R407D, R408A, R409A, R411A, R411B, R412A, R502, R509</p> <p>Categoria V - R402A, R404A, R407A, R407B, R410A, R507</p> <p>Não se aplica aos Fluidos (Gases) Refrigerantes hidrocarbonetos isobutano R600a e propano R290.</p> <p><u>O Produto Recolhedora E Recicladora De Gás Com Separador De Óleo Inclui</u></p> <p><u>01 Recolhedora e Recicladora de Gás</u></p> <p>01 Separador de óleo do compressor (Acoplado)</p> <p>01 Filtro secador</p> <p>01 Cabo de energia</p> <p>01 Mangueira de 9cm</p> <p>01 Manual de Instruções</p>					
3	<p>CAPACÍMETRO DIGITAL Principais recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> · Tecnologia VoltAlert™ para detecção de tensão sem contacto · AutoVolt: selecção automática de tensão AC/DC · Impedância de entrada baixa: ajuda a evitar leituras incorrectas devido a tensões fantasma. · Grande visor de LEDs com retroiluminação branca para trabalhar em áreas com pouca luminosidade · True RMS para medições precisas em cargas não lineares · Mede 20 A (instantâneo, 30 segundos; contínuo, 10 A) · Resistência, continuidade, frequência e capacidade · Fornece Mín / Máx / Média para gravar flutuações de sinal · Design compacto e ergonómico para operação com uma só mão · Compatível com o suporte magnético opcional (ToolPak™), para utilização em modo "mãos livres" · Classificação de segurança CAT III 600 V 	UN	1	300501	R\$ 545,02	R\$ 545,02
4	<p>ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL True RMS ET-3810C Instrumento de alta performance aplicável à medição de Barramentos e linhas de alimentação de plantas industriais</p> <p>Em circuitos eletrônicos diferencia-se pelas medidas de tensão AC/DC, corrente AC/DC frequência, duty cycle</p> <p>Display: LCD 3</p> <p>Dígitos, 6000 Contagens;</p> <p>Iluminação da Garra;</p> <p>Taxa de Amostragem: Aprox. 3 vezes/ segundo; Indicação de Polaridade: Automática; True RMS AC; Indicação de Sobrefaixa: OL é mostrado; Indicação de Bateria Fraca: O símbolo será mostrado quando a tensão da bateria cair abaixo da tensão de operação; Mudança de Faixa: Automática/Manual;Data Hold; Máximo e Mínimo; Relativo / Zero; Corrente Inrush; VFD; LoZ; NCV e LIVE; Auto Power Off: Aprox. 15 minutos;</p> <p>Abertura da Garra: 40mm;</p> <p>Diâmetro máximo do condutor: 36mm;</p> <p>Temperatura de Operação: 0°C a 40°C, UR<80%;</p> <p>Temperatura de Armazenamento: -10°C a 60°C, UR<70%.</p> <p>Coefficiente de Temperatura: 0,1 x precisão/°C (<18°C ou >28°C).</p> <p>Altitude: 2000m; Segurança/Conformidade: IEC/EN 61010-1, IEC/EN 61010-2-032, IEC/EN 61010-2-033, Dupla Isolação, CAT III 1000V / CAT IV 600V; Grau de poluição: 2; Alimentação: 3 pilhas 1,5V AAA;</p>	UN	1	460100	R\$ 606,82	R\$ 606,82

	<p>SEGURANÇA</p> <p>Este instrumento está de acordo com a norma IEC/ EN 61010-1, IEC/ EN 61010-2-032, IEC/ EN 61010-2-033, CAT III 1000V / CAT IV 600V e possui certificação CE</p>					
GRUPO 4 – BEBEDOUROS						
1	<p>O purificador de água Everest Soft Star possui filtro de dupla absorção com alta eficiência, capaz de reduzir o cloro e deixar a água livre de qualquer partícula indesejada. Seu bico e pingadeira removíveis facilitam o manuseio, a limpeza e o abastecimento de jarras ou outros recipientes maiores. Além disso, oferece água em três níveis diferentes: natural, gelada e misturada, à sua preferência. A alta capacidade de refrigeração, aliada ao baixo consumo de energia, atende várias demandas, seja em ambientes residências ou comerciais.</p> <p>Obs: Refil incluso.</p> <p>Características</p> <ul style="list-style-type: none"> · MARCA EVEREST · MODELO SOFT STAR · TIPO REFRIGERADO · CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO 2L · CAPACIDADE DE FILTRAGEM 4000L · CAPACIDADE MÁXIMA DE ÁGUA 0,935L/H · VOLTAGEM 127V · POTÊNCIA (W) 100W · CONSUMO 5,4 KWH/MÊS · PRESSÃO DE FUNCIONAMENTO 3 A 40 MCA · SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO COMPRESSOR · ÁGUA GELADA SUFICIENTE PARA ATENDER 15 PESSOAS · MICRAGEM 5 A 15 MICRAS · MATERIAL PLÁSTICO ABS · USADO EM: DOMÉSTICO/COMERCIAL · GARANTIA 1 ANO · ITENS INCLUSOS REFIL, KIT DE MONTAGEM, MANGUEIRA E MANUAL · TEMPERATURAS DA ÁGUA NATURAL E GELADA · TEMPERATURA MÍNIMA 8°C · DIMENSÃO DO PRODUTO (A X L X P) 39X31X37CM · PESO PRODUTO 11KG 	UN	5	613957	R\$ 1.277,33	R\$ 6.386,67
2	<p>Bebedouro Industrial 100 litros 127v - Purificador de água:</p> <p>Aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno. Com revestimento externo em chapa de aço inox. Reservatório interno em pp (Aço inox sob encomenda). Serpentina interna em aço inox 304.</p> <p>Informações Adicionais</p> <p>Modelo: Bebedouro 100 Litros 220v</p> <p>Especificações:</p> <p>Reservatório 100l em PP (Polipropileno)</p> <p>Isolamento em EPS</p> <p>Revestimento externo em Inox 430</p> <p>Aparador com dreno em Inox 430</p> <p>Serpentina interna em aço inox 304</p> <p>3 torneiras podendo optar por 1 jato</p> <p>Adesivado ou Inox</p> <p>Gás ecológico R-134</p> <p>Tomada com 3 pinos, conforme norma da ABNT/NBR</p>	UN	5	464109	R\$ 2.468,44	R\$ 12.342,20

	/603351					
FGRUPO 5 – FERRAMENTAS REFRIGERAÇÃO						
1	<p>Pistola de Limpeza para Ar Condicionado Alta potência de limpeza: Pressão de 360 psi, até 5x mais forte que uma mangueira convencional.</p> <p>Alcance estendido: Jato de água que atinge até 7 metros, facilitando o acesso a áreas mais distantes. Mais mobilidade: Mangueira de 5 metros para extrair água de diferentes fontes. Versatilidade total: Bico regulável e diferentes velocidades de pressão para atender às suas necessidades.</p> <p>Design ergonômico e portátil: Conforto e praticidade durante o uso.</p> <p>Especificações Técnicas</p> <p>Vazão: 4L/min</p> <p>Pressão: 25Bar (360psi)</p> <p>Peso: 1,4kg (com acessórios e bateria)</p> <p>Fonte de energia: Sem fio</p> <p>Capacidade da bateria: 2,0Ah</p> <p>Tipo de bateria: Íons de lítio</p> <p>Tempo de trabalho: 20min ininterruptos</p> <p>Tempo de carga (aproximado): 5 horas</p> <p>Classificação de energia: 21V</p> <p>Dimensões: 44x7x30cm</p> <p>Acompanha: 1x Bateria Recarregável; 1x Mangueira 5metros com Filtro; 1x Recipiente para Líquidos; 2x Bicos Reguláveis; 1x Maleta Plástica; 1x lança; 1x bico flexível; 1x carregador de bateria;</p> <p>Código GTIN: 7908702127120</p>	UN	2	611661	R\$ 913,00	R\$ 1.826,01
2	<p>MAÇARICO MANUAL PORTÁTIL PARA SOLDA COM CHAMA DE ALTA INTENSIDADE AJUSTÁVEL. D EVERÁ SER UTILIZADO COM GÁS MAPP. CORPO EM ALUMÍNIO. DEVE POSSUIR ACENDIMENTO AUTOMÁTICO COM BOTÃO INSTANTÂNEO LIGA E DESLIGA. POTÊNCIA DE 12300 BTU. OPERAÇÃO COM TEMPERATURA ATÉ 2010°C. DEVE POSSUIR TRAVA DE SEGURANÇA. PARA APLICAÇÃO NA SOLDA DE TUBOS DE COBRE EM INSTALAÇÕES EM HVAC [REFRIGERAÇÃO] E DE REDES HIDRÁULICAS UTILIZANDO ESTANHO OU FOSFOPE. BRASAGEM COM FOSCOPE, PRATA OU LATÃO E AQUECIMENTOS DIVERSOS. PESO MÁXIMO DE 0,79 KG. ALTURA MÁXIMA DE 35 CM, LARGURA MÁXIMA DE 14 CM E PROFUNDIDA MÁXIMA DE 6 CM., CONJUNTO DE SOLDA Típo BERNZOMATIC TS 8000</p>	UN	3	479868	R\$ 267,27	R\$ 801,81
GRUPO 6 – FERRAMENTAS ELÉTRICAS						
1	<p>Furadeira de impacto 1/2" 800 watts velocidade variável e reversível GSB20-2 RE possui alta performance, design e potência.</p> <p>A GSB20-2 RE é robusta com carcaça metálica para uma maior durabilidade.</p> <p>A GSB 20-2 possui motor de alto rendimento de 800 watts com um elevado torque para os mais exigentes trabalhos de perfuração e parafusamento, furos com brocas de coroa oca, furos com serra craneana e trabalhos de mistura.</p> <p>Embreagem de segurança contra sobrecarga antirrotação, proporcionando grande segurança no trabalho.</p> <p>Carcaça de engrenagem metálica garante maior vida útil à ferramenta. Engrenagem de duas velocidades, que permite o uso em uma variedade de aplicações.</p> <p>Além disso a Furadeira de impacto GSB20-2 RE é acompanhada de: empunhadura auxiliar, chave de mandril,</p>	UN	2	601996	R\$ 1.044,50	R\$ 2.089,00

	limitador de profundidade. Potência: 800 W Tensão- 127v N° de rotações (sem carga): 0 – 1.100 / 0 – 3.000 rpm Impactos por minuto: 0 – 48000 ipm Mandril: ½" – 13 mm Diâmetro máx. perfuração: Alvenaria: 20 mm Metal: 13 mm Madeira: 40 mm.					
2	PARAFUSADEIRA A BATERIA Especificações Técnicas: :: Motor Brushless :: Bateria: 20V MAX Li-Ion :: Torque Máximo: 65Nm :: Velocidade sem Carga 0-550 / 0-1750RPM :: Mandril de Aperto Rápido 1/2" (13mm) :: Capacidade Madeira: 25mm :: Capacidade Aço: 13mm :: Capacidade Concreto: 6,5mm :: Impactos por minuto: 0-8000 / 0-29750 IPM - Conteúdo da Embalagem: :: 1 Parafusadeira/furadeira 1/2" :: 2 Baterias 20V MAX* 2,0Ah :: 1 Carregador bivolt :: 1 Maleta - Garantia: 3 Anos Ref.: DEWALT-DCD7781D2-BR	UN	2	606239	R\$ 1.247,41	R\$ 2.494,83
3	Esmerilhadeira Angular Elétrica M9510 115mm 850W 127V Makita Excelente Esmerilhadeira angular da marca Makita indicada para efetuar cortes e desbastes em metais. Compacta, com dupla isolamento e um motor de alta qualidade e com elevada potência. Possui caixa de engrenagens pequena que proporciona fácil manuseio e elevada manobrabilidade. Essa esmerilhadeira possui um punho lateral ergonômico para fácil manuseio. Acessórios inclusos da esmerilhadeira angular Makita: - 1 Punho lateral; - 1 Protetor; - 1 Chave pino. Características técnicas da esmerilhadeira angular Makita: - Tensão: 127V; - Potência: 850W; - Diâmetro do disco: 115mm; - Espessura Máxima do Disco: 6,4mm; - Rosca do Eixo: M14 x 2; - Rotações por minuto: 11.000; - Dimensões(C x L x A): 276 x 130 x 111mm; - Peso: 2 kFg.	UN	2	601425	R\$ 678,33	R\$ 1.356,65
		VALOR TOTAL			R\$ 557.804,55	

1.2 No caso de eventuais divergências entre a descrição do material neste instrumento e no respectivo código do CATMAT, prevalece a descrição estabelecida neste **Termo de Referência**.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

- 1.4 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR) deste Serviço, com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade pormenorizado em tópico específico em Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, devem ser atendidos, quando aplicável, aos requisitos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e normativos nele constantes.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Conforme o disposto no art. 41, inciso I, item d, da Lei 14.133/2021 será admitida na presente contratação a indicação de marcas, características e modelos a serem utilizados como padrão de referência para os objetos pretendidos.

4.3. Nos casos em que a aquisição do material pretendido tiver como objetivo a substituição de equipamentos já existentes a bordo, será admitida a indicação de marca com o intuito de padronização, de acordo com o art. 41, inciso I, item a, da Lei 14.133/2021.

4.4. Todos os materiais devem estar com o selo do INMETRO correspondente e atender às normas da ABNT respectivas, que atestem as especificações apresentadas, sob pena de não aceitação do objeto. O prazo de garantia do item deverá ser de no mínimo 12 meses e estar especificado claramente em sua embalagem ou documento fiscal. A embalagem deverá apresentar-se isenta de defeitos, ou qualquer outra evidência que ponham em dúvida sua inviolabilidade, seja em decorrência de manuseio ou transporte.

Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Sustentabilidade

4.6.1. *Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.*

Indicação de marcas ou modelos

4.6.2. *Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.*

Subcontratação

4.6.3 **Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.**

Garantia da contratação

4.6.4. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do envio do empenho ao endereço eletrônico indicado pelas contratadas.

5.2. Todos os custos com frete, seguro ou quaisquer outras taxas que porventura incidirem para a realização da entrega dos bens correrão por conta da empresa fornecedora.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha - SVPM, sediado na Praça Barão de Ladário, s/nº, Centro, RJ, Ed. Tamandaré, 2º andar, CEP: 20091-000, de Segunda à Sexta, no horário de 8:00 às 11:30 e 13:15 às 16:00.

5.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser

cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **10%** (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *nacional de preços ao consumidor (IPCA)* para correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da data de homologação;

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *nacional de preços ao consumidor (IPCA)*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

9.2 Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será Integral.

9.4 Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.15 Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10 % do *valor total estimado da contratação*;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.32 Qualificação Técnica

9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, quando a atividade exercida assim o exigir, em plena validade;

9.34. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.*

9.34.1. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

9.34.2. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

9.35. Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 557.804,55 (quinhentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e quatro reais, cinquenta e cinco centavos, conforme custos unitários apostos na tabela de referência.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

Gestão/Unidade: 52931;

Fonte de Recursos: 10000000000;

Programa de Trabalho: 05.122.0032.2000.0001;

Elemento de Despesa: 449052/339030; e

Plano Interno: S41ODVD01B4

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Rio de janeiro, RJ, 2026

13. ANEXO I

NÃO SE APLICA

14. ANEXO II

NÃO SE APLICA

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALZEIR DOS SANTOS PIRES
ENCARREGADO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS